

## Política de gestão de ordens

### 1. Introdução

A legislação aplicável exige que os bancos que processam ordens por conta dos clientes disponham dos procedimentos e sistemas adequados para garantir a execução pontual, justa e rápida das referidas ordens, face a outras ordens de clientes ou aos interesses particulares dos bancos. Os referidos procedimentos ou sistemas permitirão a execução de ordens de clientes, no restante equivalentes, em função do momento em que foram recebidas pelo banco.

### 2. Objeto e âmbito

O objetivo da presente Política de Gestão de Ordens (doravante, a Política) é detalhar os princípios que sustentam os procedimentos para a gestão de ordens por conta dos clientes do ABANCA Corporación Bancaria, S.A., Sucursal em Portugal (doravante, ABANCA, o Banco ou a Entidade), e garantir que estes são consistentes com os requisitos legais em vigor.

Para cumprir o objetivo supra indicado, o documento aborda as seguintes questões:

- Os princípios gerais observados pelo ABANCA para a gestão de ordens por conta dos seus clientes;
- O cumprimento dos princípios gerais em função dos procedimentos articulados no ABANCA;
- Os requisitos de informação do ABANCA para com os seus clientes, decorrentes das ordens por conta destes;
- O tratamento que o ABANCA confere às ordens de ações admitidas à negociação num mercado regulado a preço limitado pendentes de execução;
- O tratamento que o ABANCA confere a ordens pendentes de execução;
- Os requisitos impostos pela legislação em vigor no tocante à acumulação e atribuição de ordens e que o ABANCA deverá respeitar no caso de acumular as ordens de clientes no seu processo operacional.

### 3. Âmbito de aplicação

No tocante ao alcance da Política, esta abrange as diferentes ordens que o Banco recebe por conta dos seus clientes, relativamente aos produtos regulados pela legislação do mercado de valores:

- Renta variável;
- Renta fixa;
- Notas estruturadas;
- Instituições de Investimento Coletivo (doravante IIC);
- Derivados, quer cotados em mercados regulados como em OTC;
- Depósitos Estruturados Garantidos.

### 4. Gestão de ordens dos clientes

#### 4.1. Princípios gerais básicos

O ABANCA adotou, nos termos das normas em vigor, os seguintes princípios gerais para a gestão de ordens dos seus clientes:

- Realização do registo de ordens com rapidez e precisão. No caso de o Banco realizar acumulação e atribuição de ordens, esta rege-se-á pelo mesmo princípio de rapidez e precisão.
- Execução de ordens de forma sequencial e rápida, sempre que as características da ordem, as condições existentes no mercado ou os interesses do próprio cliente o permitam.
- Colocação à disposição dos clientes não profissionais de informação sobre qualquer dificuldade encontrada na execução de ordens que impeçam a sua efetiva execução, de forma rápida, logo que a dificuldade for conhecida.
- Liquidação das ordens de clientes nas contas correspondentes de forma rápida e correta.
- Proibição de utilizar de forma inadequada a informação relativa a ordens pendentes de clientes e adoção de medidas razoáveis para evitar a utilização inadequada da referida informação por parte das pessoas competentes do banco.
- Garantir a possibilidade de reconstituição do circuito interno que as ordens seguirem até à sua transmissão ou execução.
- Adotar medidas razoáveis para garantir que os instrumentos financeiros ou fundos de clientes recebidos no âmbito da liquidação de uma ordem já executada estejam registados na correspondente conta do cliente de forma rápida e correta.

#### 4.2. Cumprimento dos princípios gerais básicos

Com o objetivo de cumprir os princípios gerais básicos anteriormente descritos, o ABANCA conta com uma série de procedimentos estabelecidos e implementados. O grau de cumprimento de cada um dos princípios é descrito de seguida:

Princípio	Grau de cumprimento do princípio
Registo e atribuição de ordens com rapidez e precisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O ABANCA regista as ordens nas aplicações informáticas no momento em que as recebe do cliente. Os documentos comprovativos das ordens que o cliente deve assinar não são impressas até que a ordem não seja introduzida no sistema informático, no caso das ordens recebidas presencialmente, nem se solicita a sua assinatura eletrónica ou telefónica, no caso das ordens recebidas através da banca eletrónica ou telefónica, até a ordem ter sido introduzida no sistema informático, fixando-se como regra geral, por defeito, como data limite das ordens o final do mês de registo, exceto se o mercado em que se for executar a ordens estabelecer uma data limite para as ordens. A aceitação de ordens por outro canal diferente deverá ser previamente autorizado pelo Banco.</li> <li>▪ As ordens de Renta Variável e IIC negociadas em mercados organizados, bem como as IIC internacionais não cotadas distribuídas pela Imantia Capital, S.G.I.I.C, S.A. (doravante, IFI), e subdistribuídas pelo Banco (fundos internacionais), nas quais o Banco assume o papel de recetor e transmissor da ordem do cliente (de acordo com o estabelecido na Política de Execução de Ordens), poderão ser recebidas através da banca telefónica ou eletrónica, salvo se o documento com as Condições Particulares do Distribuidor da IIC (CPD) não permita a sua receção por canais à distância, para além de poderem ser recebidas de forma presencial.</li> </ul> <p>As ordens de Renta Variável, Renta Fixa (incluindo as Notas Estruturadas) e derivados de clientes profissionais, podem ser recebidas diretamente no Dealing Desk do Banco, através de telefonema gravado. Os clientes classificados como contrapartes elegíveis poderão aceder à "Mesa de Tesorería Propia" do ABANCA Corporación Bancaria, S.A. em Espanha</p> <p>Também poderão ser recebidas ordens telefónicas de clientes diretamente por determinados gestores, desde que seja aceite pelo Banco a receção da ordem por este meio e corresponda a uma conversa gravada. O Banco poderá solicitar a posteriori a ratificação escrita da ordem dada telefonicamente.</p> <p>No resto dos casos (quer seja naqueles em que o Banco assume o papel de recetor e transmissor de ordens, ou executor da ordem), a ordem apenas poderá ser recebida de forma presencial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os procedimentos estabelecidos para o tratamento de ordens de clientes asseguram o registo e a atribuição de ordens com rapidez e precisão.</li> </ul>

Princípio	Grau de cumprimento do princípio
Execução de ordens de forma sequencial e rápida	<ul style="list-style-type: none"> <li>As ordens são transmitidas ao intermediário correspondente e/ou ao mercado no instante seguinte ao do seu registo no sistema informático, no caso de operações em mercados organizados com sistema eletrónico de negociação. No caso da IIC internacionais não cotadas, distribuídas pela IFI, e subdistribuídas pelo Banco, as ordens de subscrição/reembolso são transmitidas "on line" de forma imediata à IFI que por sua vez as transmite à gestora correspondente. Neste caso, a hora limite de aceitação de ordens, a partir da qual a ordem passará a ter data-valor do dia seguinte, depende da gestora e do fundo em causa (consoante os acordos de comercialização formalizados e as limitações operacionais da entidade) e os clientes são informados no próprio documento da operação.</li> <li>As ordens de clientes não profissionais e/ou profissionais de títulos de renda fixa que, de acordo com o estabelecido na Política de Execução de Ordens do Banco são executadas pelo ABANCA no seu livro próprio, e que são recebidas após as 17:00 (hora de fecho por parte do Banco da execução de ordens no livro próprio do Banco, para poder cumprir as obrigações de comunicação diária ao Mercado e ao regulador) são executadas de forma sequencial quando abre de novo o Mercado, às 8:00 do dia útil seguinte.</li> <li>Os procedimentos de execução de ordens no ABANCA permitem cumprir a todo o tempo o princípio da sequencialidade e rapidez.</li> </ul>
Informação aos clientes não profissionais sobre qualquer dificuldade encontrada na execução de ordens que impeçam a sua efetiva execução, de forma rápida. <sup>1</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O ABANCA coloca à disposição dos clientes a informação acerca de qualquer dificuldade na execução de ordens de clientes não profissionais. ABANCA apenas remete informação ao cliente das ordens que tiverem sido executadas ou que não tiverem sido executadas por motivos diversos do vencimento do prazo de validade das mesmas, sem que tenham existido no mercado condições para a sua execução. Em todo o caso, poderá aceder através dos diferentes canais (presencial, banca telefónica ou banca eletrónica) à informação detalhada relativa à operação não executada, sendo obrigatório que o ABANCA faculte essa informação.</li> </ul>
Liquidação das ordens de clientes de forma rápida e correta	<ul style="list-style-type: none"> <li>As ordens de compra e venda de títulos espanhóis de rendimento variável são liquidadas no dia em que é executada a operação, no caso de outra renda variável são liquidadas quando é recebida a liquidação do mercado. No caso do renda fixa, as ordens serão liquidadas em D+2, sendo D o dia da sua execução.</li> <li>A liquidação financeira das operações de subscrição e de resgate das IIC não cotadas será efetuada por débito ou crédito respetivamente na conta do investidor no prazo máximo de 5 dias úteis após determinação do valor da operação.</li> <li>Os procedimentos relacionados com a liquidação de ordens de ABANCA asseguram que a referida liquidação é efetuada de forma rápida e correta.</li> </ul>

<sup>1</sup>Considera-se que as dificuldades encontradas na execução de ordens que impeçam a sua efetiva execução são as circunstâncias que implicam a anulação da operação, e não as que ficam suspensas até que sejam cumpridos determinados requisitos.

Princípio	Grau de cumprimento do princípio
Proibição de utilizar de forma inadequada a informação relativa a ordens pendentes de clientes Adoção das medidas razoáveis para evitar a utilização inadequada da referida informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>A informação relativa às ordens de clientes apenas poderá ser utilizada nos termos especificados no Regulamento Interno de conduta (doravante RIC) e nas normas de desenvolvimento do mesmo e, em última instância, atendendo às normas de conduta a observar nos mercados de valores. Com a referida medida pretende-se evitar a utilização inadequada da informação relacionada com as ordens pendentes de clientes.</li> </ul>

### 4.3. Requisitos de informação das ordens

Para prestar informação acerca do estado da operação, presencialmente ou através da linha telefónica ou banca eletrónica, o ABANCA guarda nos seus sistemas de informação os seguintes dados:

- Estado da ordem:** executada, pendente de execução, anulada, etc.
- Motivo da anulação,** unicamente quando a ordem for anulada.
- Hora da transmissão e hora da execução** das ordens.

ABANCA dispõe de uma Política de Registos MiFID, da qual constam detalhadamente os campos que o Banco regista relativamente às Ordens e operações dos clientes.

### 4.4. Ordens de ações admitidas à negociação num mercado regulado a preço limitado<sup>2</sup> pendentes de execução

O ABANCA implementou as medidas necessárias para facilitar a execução das ordens da forma mais rápida possível se estas não forem executadas imediatamente nas condições existentes no mercado.

A publicação<sup>3</sup> da ordem a preço limitado faz-se de forma imediata para que o resto dos participantes do mercado possam aceder à mesma facilmente, desde que o Banco não receba instruções específicas em contrário por parte do cliente. Este dever pode ser cumprido através da transmissão da ordem a uma plataforma de negociação.

### 4.5. Ordens pendentes de execução

O ABANCA implementou as medidas pertinentes que garantem o uso adequado e correto da informação relativa às ordens de clientes pendentes de execução por parte do Banco, bem como das pessoas competentes dentro da mesma.

O ABANCA considera utilização inadequada qualquer utilização inadequada da informação relativa a uma ordem de um cliente para negociar por conta própria instrumentos financeiros aos quais se refere a ordem.

<sup>2</sup>Entende-se por ordem a preço limitado, uma ordem de compra ou venda de um instrumento financeiro ao preço especificado ou em melhores condições e por um volume concreto.

<sup>3</sup>Considera-se que as ordens são publicadas se forem transmitidas a um mercado regulado ou a um SMN (com sistema de negociação baseado num livro de ordens), ou se garantir que as ordens são tornadas públicas e podem ser facilmente executadas logo que as condições do mercado o permitirem.

## 4.6. Acumulação e atribuição de ordens

O ABANCA não efetua atualmente acumulação nem atribuição de ordens de cliente com carácter geral. Quando o ABANCA acumular ordens de clientes deverá garantir no seu processo operacional:

- A impossibilidade de acumular ordens e operações que prejudiquem em conjunto qualquer dos seus clientes.
- A necessidade de informar o cliente cuja ordem se vai acumular de que o efeito dessa acumulação o poderá prejudicar relativamente a uma ordem concreta.
- A necessidade de definir uma política equitativa de atribuição de ordens acumuladas, indicado a forma como a relação de proporcionalidade entre volume e preço das ordens, determina as atribuições e tratamento das execuções parciais.
- Que sejam estabelecidas nesta Política de Gestão de Ordens os critérios para a atribuição de operações quando as ordens acumuladas forem parcialmente executadas.

O ABANCA poderá acumular ordens das carteiras de clientes geridas discricionariamente pelo banco, caso em que:

- A ordem acumulada terá a vigência máxima de um dia.
- As operações serão atribuídas de forma proporcional ao volume das ordens acumuladas correspondentes a cada cliente, quando tiver sido executada a ordem acumulada total ou parcialmente e todas as operações tiverem sido executadas a um único preço.
- No caso das diferentes execuções da ordem acumulada terem ocorrido a preços diferentes, depois de completada a execução da ordem acumulada, o banco determinará o preço médio ponderado do volume da ordem acumulada executada, sendo esse preço já único, aquele que atribuirá às operações executadas, atribuindo-se de forma proporcional ao volume das ordens correspondentes acumuladas relativamente a cada cliente.

Em caso algum o ABANCA efetuará a acumulação de ordens do Banco (por conta própria) e do cliente, uma vez que são geridas através de mecanismos diferentes. Se no futuro, o Banco optar por acumular ordens próprias e ordens do cliente, deverá ter em consideração, nos termos da legislação aplicável, o infra exposto:

- O ABANCA deverá garantir que o cliente não é prejudicado no processo de atribuição das operações.
- Nas ordens parcialmente executadas que incluam a acumulação de ordens do cliente e do Banco, dar-se-á prioridade ao cliente na atribuição das operações relativamente ao Banco.

## 4.7. Órdenes con saldo insuficiente

Em caso de ordem emitida por cliente com saldo insuficiente, o ABANCA assegura a existência de procedimentos de liquidação dessas operações que garantam a não utilização, para o efeito, de dinheiro ou de instrumentos financeiros de outros clientes.

## 4.8. Contratos celebrados fora do estabelecimento

ABANCA não irá executar ordens de clientes classificados como não profissionais, com os quais não exista anterior relação de clientela, até três dias após a abertura de conta de títulos junto do Banco.

## 4.9. Recusa de Ordens

O ABANCA recusa as ordens sempre que:



- O Cliente não lhe forneça todos os elementos necessários à sua boa execução;
- For evidente que a operação contraria os interesses do Cliente, salvo se este confirmar a ordem por escrito;
- O ABANCA não estiver em condições de fornecer ao Cliente toda a informação exigida para a execução da ordem;
- O Cliente não prestar a caução exigida por lei para a realização da operação;
- Não seja permitido ao Cliente a aceitação de oferta pública;

De igual forma, o ABANCA pode recusar uma ordem, sempre que o Cliente:

- Não faça prova da disponibilidade dos instrumentos financeiros a alienar, através do envio de declaração nos termos do Artigo 78.º do Código dos Valores Mobiliários;
- Não tenha promovido o bloqueio dos instrumentos financeiros a alienar, quando exigido pelo ABANCA;
- Não ponha à sua disposição o montante necessário à liquidação da operação;
- Não confirme a ordem por escrito, se tal lhe for exigido.

## 5. Designação de responsáveis

Os responsáveis pela articulação, controlo e manutenção da Política de Gestão de Ordens são os seguintes,

Responsabilidade atribuída	Área responsável
Desenvolvimentos informáticos necessários ao cumprimento dos princípios observados pelo ABANCA relativamente à gestão de ordens (incluindo o registo da informação necessária).	Backoffice Dealing Desk IT
Informação aos clientes não profissionais sobre qualquer dificuldade encontrada na execução de ordens que impeçam a sua efetiva execução, de forma rápida	Backoffice Sales IT
Adoção e articulação das medidas necessárias para a utilização adequada e correta da informação relativa às ordens de clientes.	Compliance
Manutenção da Política	Backoffice Dealing Desk Compliance

## 6. Revisão periódica da Política

A área de Compliance deverá rever com periodicidade anual a presente Política, tendo em conta eventuais alterações ocorridas na legislação aplicável e os procedimentos internos do Banco. Nestes termos, aquela área será responsável por informar os diferentes responsáveis quanto às alterações significativas que irão ser implementadas na Política.

Neste sentido, há a destacar que a Política de Gestão de Ordens está intimamente relacionada com a Política de Execução de Ordenes. Nesta última é acordado, em função da tipologia do instrumento e classificação do cliente, a seleção de intermediários e de centros de execução.

Como tal, caso no futuro o centro de execução venha a ser alterado, as pessoas competentes deverão rever os procedimentos da Política de Execução de Ordenes para garantir que o novo

centro de execução o intermediário são os mais adequados. Nesse caso, a área de Compliance terá de analisar se o novo centro de execução ou intermediário cumprem os requisitos normativos impostos pela legislação em vigor no tocante à gestão de ordens dos clientes, e conforme aplicável, efetuar as alterações oportunas na Política.

## **7. Aprovação e entrada em vigor da Política.**

A presente política, bem como qualquer das suas alterações, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, entrando em vigor a partir do momento da sua aprovação.